

## SER AFETADO: A REINVENÇÃO DE SI A PARTIR DA ROUPA DO OUTRO

*Being affected: reinventing yourself from other people's clothes*

Alves, Luanda dos Santos; Doutoranda; Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, luarural@gmail.com<sup>1</sup>

**Resumo:** O trabalho propõe localizar o olhar antropológico da reinvenção de si e do outro, incitado pelo estranhamento de roupas em uso discordante do gênero instituído socialmente. Apoiar-se em metodologias que possibilitam processos de afetamentos e desnaturalização da cultura dada, buscando traduzir o outro abstraído práticas funcionalistas de aprisionamento e categorização, pensando um sistema de comunicação possibilitado pela roupa, mas sempre associado aos contextos de experiência em constante metamorfose.

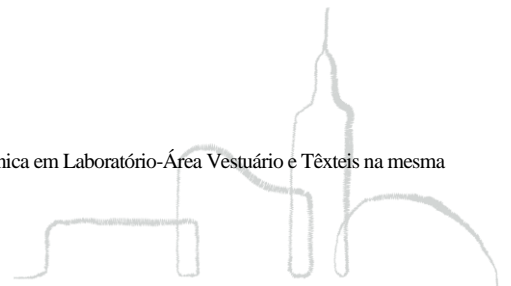
**Palavras chave:** antropologia; cultura; roupa e gênero.

**Abstract:** The work proposes to locate the anthropological perspective of reinvention of self and others, incited by the estrangement of clothing in use that is discordant with the socially established gender. It is based on methodologies that enable processes of affectation and denaturalization of the given culture, seeking to translate the other by abstracting functionalist practices of imprisonment and categorization, thinking about a communication system made possible by clothing, but always associated with contexts of experience in constant metamorphosis.

**Keywords:** anthropology; culture; clothing and gender.

---

<sup>1</sup>Doutoranda no Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Técnica em Laboratório-Área Vestuário e Têxteis na mesma instituição de ensino, atuando, principalmente, junto ao curso de Graduação em Belas Artes.



## Introdução

Este artigo trata do caminho percorrido para a escolha (e alteração) de minha proposta de investigação, a partir do maior conhecimento das teses possíveis nas Ciências Sociais, ante as primeiras disciplinas cursadas no doutorado dessa área. Adentrando em temáticas como cultura, marcadores sociais, colonialidade, conflito; transformadores do olhar do trabalho antropológico para um universo de relações sociais presente em qualquer tempo, lugar e recorte, me percebi impulsionada a traçar um diálogo com questões presentes no meu cotidiano laboral.

Enquanto servidora técnica da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, atualmente auxilio aulas práticas do Eixo de Indumentária do Curso de Graduação em Belas Artes e sempre estive envolvida em pesquisa e extensão na área de vestuário e têxteis, linha de minha pesquisa de mestrado e agora, fio condutor de minha questão do doutorado.

Ante o panorama de transformações vivido pelo fazer antropológico, coloco como ponto de partida da minha pesquisa o estranhamento no que tange a questão de gênero, no uso de uma indumentária aparentemente simples: minissaia rosa, franzida e acompanhada de camiseta regata tipo *cropet* branca, vestida por um corpo longínquo masculino de um discente de nome social também masculino, que apresentava pernas, abdômen, axila e rosto peludos e cabelos encaracolados que ultrapassavam os ombros. Este quadro de experiência guardado por mim há anos, trazia a transformação de meu cotidiano laboral, fazendo-me envolver nas histórias de vida desses novos discentes.

Partindo desse quadro de experiência de afetamentos, proponho para minha tese de doutorado, uma abordagem metodológica etnográfica, onde o outro fale de si, de suas histórias de vida, a partir de suas roupas. O objetivo é pesquisar os agenciamentos e possíveis militâncias trazidos na indumentária, revelando os espaços e papéis sociais que estas roupas transitam. Possíveis transformações aceitas pelo espaço da universidade. As histórias subjetivas<sup>2</sup> dessas mudanças. Os pormenores que permeiam as relações com as roupas, familiares e amizade. A constituição de um indivíduo e uma profissão. Buscando reposicionar pensamentos colonizadores cristalizados, abstraindo práticas funcionalistas de aprisionamento e categorização, ante processos de afetamentos e desnaturalização de uma cultura dada, pautando-me nas abordagens antropológicas de estudiosos como Roy Wagner, James Clifford, Michel Agier, Tim Ingold e Abu-Lughod.

---

<sup>2</sup> Antropólogos contemporâneos trazem a subjetividade como conceito complexo e multifacetado. Apontam a necessidades de uma compreensão sempre relacionada aos contextos sociais, culturais, históricos e individuais; jamais isoladamente. Como esclarece González Rey (1999, p. 108) ao mencionar que subjetividade é a “organização dos processos de sentido e de significação que aparecem e se organizam de diferentes formas e em diferentes níveis no sujeito e na personalidade, assim como nos diferentes espaços sociais em que o sujeito atua”.

### Transformações do fazer antropológico

“A antropologia estuda o fenômeno do homem – a mente do homem, seu corpo, sua evolução, origens, instrumentos, arte ou grupos, não simplesmente em si mesmos, mas como elementos ou aspectos de um padrão geral ou de um todo” (Wagner, 2010, p. 27). Os antropólogos difundiram o uso do termo “cultura” para nomear os fenômenos pesquisados, podendo tanto contemplar a existência de apenas uma cultura, em referência ao fenômeno do homem – “cultura humana”, quanto referenciar tradições geográficas e históricas – “uma cultura” em específico, por exemplo “as culturas da África”, revelando fatos específicos do fenômeno do homem. Wagner informa que de forma mais abrangente esse termo “também procura reduzir as ações e propósitos humanos ao nível de significância mais básico, a fim de examiná-los em termos universais para tentar compreendê-los” (Wagner, 2010, p.28).

Na genuína busca humana por uma categorização e hierarquização da humanidade, a escrita sobre o “outro” iniciou-se com registros de uma clássica pretensão racionalista de objetividade absoluta, até se transformar na objetividade relativa, fundamentada nos atributos da própria cultura do antropólogo, que vislumbramos na atualidade.

A literatura etnográfica sobre a diversidade cultural é datada entre os séculos XVI e XIX, através das cartas, diários e relatórios, escritos sobre viagens de missionários, exploradores, militares e outros, ocupando-se em descrever as “descobertas” da fauna, flora, topografia das terras e os hábitos e crenças dos povos originários, sendo os primeiros registros da condição e distinção do que é o “outro”. Para os brasileiros um desses escritos mais antigos é a Carta de Pero Vaz de Caminha.

A fase seguinte da Antropologia data do século XIX. Na Inglaterra, com o predomínio de trabalho de gabinete, o Evolucionismo Social, enraizado na filosofia iluminista, buscava a sistematização do conhecimento acumulado sobre os “povos primitivos”, afirmando que a evolução das sociedades ocorria na passagem do tempo, crendo na superioridade de umas sobre outras, ante o antagonismo “civilizadas” versus “primitivas”. Origem da substituição do conceito de raça pelo de cultura. Nessa perspectiva estão os trabalhos de Tylor, Morgan e Frazer.

Ainda no mesmo século, a Escola Sociológica Francesa traz como característica a definição dos fenômenos sociais como objetos de investigação socioantropológica e regras para o método sociológico. Abordando como temas e conceitos: “representações coletivas”, “solidariedade orgânica e mecânica”, “formas primitivas de classificação (totemismo) e teoria do conhecimento”, “troca e reciprocidade como fundamento da vida social”, principalmente com os escritos de Durkheim e Mauss.

O século XX traz novas nuances de paradigmas para a Antropologia. Na Inglaterra dos anos de 1920, o modelo de etnografia clássica enfatizava o trabalho de campo, com a observação participante, buscando a sistematização do conhecimento acumulado sobre uma cultura, com interesses em temas fundamentados nas instituições e suas funções para a sustentação da totalidade cultural, escritos pelos contemporâneos de Malinowski, Brown, Gluckman e Turner .

Nos anos de 1930, o culturalismo Norte-Americano dos escritos de Boas, Mead e Benedict traziam temáticas com a construção e identificação de padrões culturais ou estilos de cultura em destaque, através de método comparativo, buscando leis no desenvolvimento das culturas e a relação entre cultura e personalidade. Considerado o pai fundador da Antropologia Moderna, Boas buscava estudar as sociedades como autônomas, sem hierarquiza-la, procurando desmistificar a perspectiva evolucionista de categorizações binárias entre sociedades – simples/complexas, inferiores/superiores, primitiva/civilizadas, no entanto, descrevia “os outros” numa totalidade de abstração sem promover efetiva compreensão.

O estruturalismo francês desenvolvido por volta dos anos de 1940, tendo Lévi-Strauss como principal representante, foi em busca de temáticas dos princípios de organização da mente humana (pares de oposição e códigos binários), ante regras estruturantes das culturas presentes na mente humana. Propôs a distinção entre natureza e cultura.

Com o paradigma de uma Antropologia Interpretativa, Geertz como principal representante, foi em busca de uma interpretação antropológica, ousando alcançar a leitura que os “nativos” fazem de sua própria cultura. As principais características de abordagem eram o foco na cultura como hierarquia de significados, a densidade descritiva, interpretação e leis e inspiração hermenêutica.

Por fim, a Antropologia Pós-Moderna ou Crítica trazida por autores como Clifford e Marcus, nos anos finais do século XX, trazem mais contribuições para a transformação do fazer antropológico, abordando temas quanto a cultura como processo polissêmico, a etnografia como representação polifônica da polissemia cultural e a Antropologia como experimentação da crítica cultural. Trazem nos escritos uma crítica aos modelos teóricos e à autoridade etnográfica do antropólogo.

Clifford contrapõe a visão totalitária da escrita ao definir o outro a qual propunha Boas, cunhando o termo “verdades parciais”, seguido por seus contemporâneos. Central no processo de desconstrução da etnografia clássica, o autor desmistifica e transforma o fazer antropológico dialogando com outras disciplinas. Em “A escrita da cultura: poética e política da etnografia”, livro de 1986, traduzido há apenas 8 anos para o português, Clifford organiza junto a Marcus George uma coletânea de artigos de antropólogos com novas abordagens nos estudos sobre sociedade e cultura, com a etnografia como gênero literário, com uso de figuras de linguagem, estratégias retóricas e aproximações com outras formas de escrita e apresentação. No texto sobre verdades parciais na introdução ao livro, Clifford detalha bem sobre a mudança no fazer antropológico ao dizer que:

Uma consequência importante dos movimentos históricos e teóricos traçados nesta “Introdução” foi abalar as bases a partir das quais pessoas e grupos representam com segurança os outros. Uma guinada conceitual, de implicações “tectônicas” teve lugar. Apoiamo-nos, hoje, sobre uma terra de movimento. Não há mais um ângulo abrangente de observação (no topo da montanha) a partir do qual mapear os modos de vida humanos, nenhum ponto arquimediano a partir do qual representa o mundo. As Montanhas estão em movimento constante, bem como as ilhas: pois não se pode ocupar, sem qualquer ambiguidade, um mundo cultural de fronteiras nítidas, a partir do qual se aventurar e analisar outras culturas. Os modos humanos de vida cada vez mais influenciam, dominam, parodiam, traduzem e subvertem uns aos outros. A análise cultural está sempre perpassada por movimentos globais de

diferença e poder. Um “sistema mundial”, seja lá como for que seja definido – e aqui usamos a expressão de modo lato – conecta, hoje, as sociedades do planeta em um processo histórico comum. (Clifford, 2016, p.56)

Essas transformações e adequações vividas no decorrer da história da antropologia, refletem mudanças no pensamento social e nas abordagens metodológicas. Dos primeiros escritos sobre cultura, perpassando o relativismo cultural, a crítica pós-moderna e as abordagens feministas e pós-coloniais, a disciplina evoluiu para incorporar uma diversidade de perspectivas e metodologias. Com suas contribuições para a reflexividade e a crítica pós-moderna, Clifford, exerceu um papel fundamental na reconfiguração da antropologia, provocando conceitos tradicionais e requerendo uma análise mais crítica e inclusiva da prática antropológica.

A trajetória da Antropologia é decorrente das mudanças sociais, sendo hoje chamada às emergências cotidianas. Assim, Sahlins (1997) ao realizar uma crítica à ideologia positivista que igualava a noção de cultura à civilização, questiona essa divisão dicotômica de distinção entre o nós e o outro, considerando que as diferenças são mais sutis ao investigarmos dentro de grupos tão próximos a nós, mas em constante reformulação. Durham (2006) concorda com o estudioso ao salientar a relevância da Antropologia a qualquer tempo, devido seu sentido intrigante em termos da visão de mundo em constante construção em nossa sociedade, reconhecendo as diferenças existentes outrora e reinventadas pela globalização, condicionantes da apropriação do conceito de humanidade comum. Em acordo também com Manuela Carneiro da Cunha, ao apontar que além de proporcionar um conhecimento sobre a cultura e a sociedade, a pesquisa e escrita etnográfica, constrói um conhecimento sobre novas formas de conhecimento, completando que “no mundo de hoje, a investigação científica é indispensável para esta tarefa menos marcada por verdades absolutas, mais multifacetada e mais complexa. Nossa importância tem sido a nossa contribuição para uma nova concepção” (Durham, 2006, p. 94). Nova concepção que, de acordo com Cunha (2009), atribui legitimidade ao grupo pesquisado, trazendo um discurso antropológico que reconhece outras lógicas sociais possíveis, inclusive dentro de um mesmo grupo social.

A tendência dos autores contemporâneos é seguir uma direção mais fluida, com metodologias que tiram o pesquisador de uma posição remota de alteridade, deixando os grupos falarem e reivindicarem seus próprios anseios, abandonando as grandes oposições binárias. Contribuindo à construção de conhecimento sobre diversidade cultural, entendendo-nos a partir do outro, permeando as fronteiras dos mundos sociais e culturais, possibilitando aguçar os sentidos e modos de agir singulares e transformados. Mudanças de uma disciplina marcada por teorias evolutivas e deterministas para uma ciência social complexa e crítica, que a tornaram mais integrada e relevante para a compreensão das complexidades culturais e sociais na contemporaneidade, refletindo a capacidade da antropologia de se adaptar e responder às questões contemporâneas e às novas perspectivas teóricas. Tais modificações vêm contribuindo para uma compreensão mais profunda e rica da diversidade cultural humana, com novas perspectivas e metodologias, refletindo a natureza dinâmica e em constante mudança das sociedades humanas e da própria disciplina.

É essa Antropologia contemporânea que torna possível e necessária pesquisas formuladas ante inquietações e afetamentos dentro de grupos tão próximos ao pesquisador. Se nos tempos primórdios da disciplina, pesquisadores buscavam sociedades mais isoladas, vistas como primitivas, onde o estranhamento pelo “outro” o apresentava muito distante do pesquisador, enquadrando-o em categorias próprias, negando ao “outro” agenciamentos; desde a virada do século XIX para o XX, as visões dos estudiosos das Escolas de Manchester e de Chicago transformaram esse pensamento cristalizado, abrindo os olhos para as mudanças que ocorriam mais próximas, ante novas questões apresentadas com a expansão do mundo urbano. Com novas formas de interação e movimentação no espaço urbano mais visíveis, novos cenários surgiram e surgem, culminando em uma série de questões que dialogam e desafiam as teorias e metodologias anteriormente postas, ansiando por novas metodologias e abordagens. Ao permear o percorrer os agenciamentos e as subjetividades de um grupo em específico, torna-se possível escrever sobre um contexto social mais amplo.

Clifford pontua que na análise de Fischer o pós-modernismo “é mais do que uma vertente literária, filosófica ou artística. É uma condição geral de uma vida multicultural que exige, para que tenhamos uma etnografia plenamente reflexiva, novas formas de engenhosidade e sutileza” (Clifford, 2016, p. 57). E avança ao firmar que

“A etnografia está avançando para áreas há muito ocupadas pela sociologia, pelo romance ou pela crítica cultural *avant-garde* (Clifford, 1981), redescobrimo a alteridade, a diferença no seio das culturas ocidentais. Tornou-se claro que toda a versão de um “outro”, onde quer que se encontre, é também a construção de um “eu” e a construção de textos etnográficos, como mostram Michael Fischer, Vicente Crapanzano e outros neste volume, sempre envolveu um processo de “automodelagem” (Greenblatt, 1980)” (Clifford, 2016, p. 58).

### **Por uma Antropologia sem fronteiras**

Ao lavar o termo cultura nas mais amplas interpretações a Antropologia referenciou a relação de poder existente entre diversas sociedades, através de binaridades onde os polos positivos de credibilidade estavam ao lado dos pesquisadores. Ingold (1996) desenvolve essa atribuição de similaridade e diferença explanando que fomos educados classificando outras culturas como diferentes. Ele defende a essência de um mundo com múltiplas diferenças que anseiam por explicações singulares, presentes nas discussões que permeiam as diferenças dicotômicas entre “natureza” – demarcando sentidos e qualidades, estáveis e imutáveis, e “cultura” – marcada por suas distinções e particularidades. Propõe olhar essa dicotomia em um campo de histórias vasto, infinito e em constante desenvolvimento, através de perguntas capazes de traçar pontes que unem as diferenças: “a questão da natureza é: em que aspectos os seres humanos são semelhantes? O que os leva a fazer coisas praticamente da mesma maneira? E a questão da cultura é: em que aspectos os seres humanos se diferenciam? Por que eles fazem coisas de formas distintas?” (Ingold, 1996, p. 22).

Vislumbrando um campo da observação da variedade de experiências e modos de existir dos sujeitos no mundo, Ingold (1996), defende que o antropólogo deve ser capaz de suplantando a antiga objetivação do “outro”, aprendendo e se relacionando com seu interlocutor. Wagner (2010) dialoga com Ingold ao trazer, em “A Invenção da Cultura”,

abordagem análoga apontando que ao “inventar”, escrever a cultura do outro, ocorre transformação em ambos, antropólogos/pesquisadores e pesquisados, os quais se “reinventam”, reescrevem mutuamente. Os dois autores vão na direção dos escritos contemporâneos de descolamento da definição de cultura apenas como conjunto de práticas e símbolos, buscando refletir a diversidade cultural e social distante das binaridades e alteridades hierárquicas de outros tempos, conforme a abordagem sem fronteiras e interdisciplinar presente na narrativa de Ingold. Pesquisadores assim, visam um futuro de expectativas melhores, ao produzir pesquisas capazes de transpor as crises sociais, através de uma ciência que abra espaços para o outro falar de si, num diálogo transformador de vidas, observando a ética do cuidado mútuo e as singularidades atravessadas, valorizando as trocas de experiências.

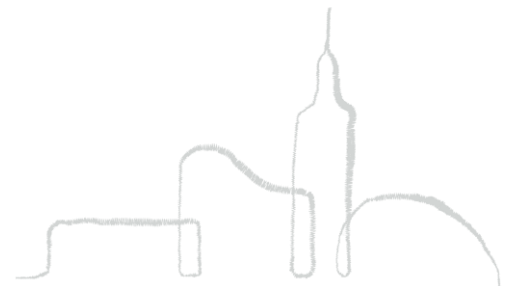
Na mesma ótica, Wagner (2010) atribui à cultura um processo contínuo onde a criatividade e a agência são centrais e proporcionadores de transformação, colocando a cultura como campo onde os atores sociais não estão presos a normas estáticas de valores, mas expressando agenciamentos contantes de inovação, reinterpretação, adaptação, reinvenção de tradições e significados, num contínuo de negociações sociais que redefinem identidades e práticas culturais. Cunha (2009) também trás essa amplitude do conceito de cultura como um sistema dinâmico e em constante transformação que molda e é moldado pelas interações sociais e pela experiência humana, destacando a importância da cultura na formação da identidade e na manutenção das diferenças sociais e culturais, reconhecendo a diversidade e a complexidade das manifestações culturais.

Abu-Lughod (2018) avança na mesma direção trazendo uma abordagem contra o conceito de cultura, enfatizando uma etnografia do particular que não permita a cristalização das diferenças e das generalizações próprias da relação entre "cultura e poder" que homogeniza, dita regras e modelos; mas ao contrário, sublinhando o discurso e a prática, favorecendo estratégias e improvisações, tal como sinaliza Wagner (2010). Um ciclo de aprendizagem com o “outro” possível de gerar mais lugares para todos, já que construído em conjunto, numa projeção da Antropologia capaz de debater generalizações e particularidades da sociedade, numa arte contínua e coletiva de descobrir como viver; moral, ética e politicamente, conhecendo o mundo e formas variadas de habitá-lo (Ingold, 1996). Defensor de uma antropologia investigativa e experimental, com descrição e análise, o autor aponta a capacidade do fazer antropológico como transformador de vidas, aplicando o conhecimento da experiência humana, como principal contribuição da disciplina, ao passo de deixar sua produção teórica em um outro patamar.

Esse fazer antropológico, no mundo contemporâneo, é instigado e desafiado, apresentando metodologias, objetos e campos diversos. Nessa direção, Agier (2011) toma o espaço urbano como estratégico e revelador de temas antropológicos clássicos e atuais, como territorialidade, globalização, identidade, etnicidade, fronteiras, dentre outros, capazes de intersecções com outras inúmeras questões possíveis de serem descortinadas no decorrer de uma pesquisa. Intersecções possíveis de transpor inclusive campos antropológicos aparentemente distantes, mas que necessitam de

sensibilidade por parte do pesquisador para realizar conexões plausíveis, em diálogo com as teorias. Numa desconstrução de barreiras disciplinares que possibilite leituras das mais complexas realidades.

Nesse sentido o marcador social da diferença gênero – estranhado a partir de uma roupa – é possível de ser atravessado por outros como classe, raça, religião, etnia, idade, para além da percepção objetiva referente a orientação sexual. Conforme elucida McClintock (2010) ao apontar que os marcadores sociais da diferença não estão plenamente separados ou formando estados de experiência distintas, mas sim se relacionando e existindo através dessa relação. Tal abordagem deriva do feminismo negro estadunidense (Collins, 2019) que torna questões marcadas socialmente mais claras de serem elucidadas pela interseccionalidade; capaz de promover uma interdisciplinaridade necessária em defesa de aspectos singulares sobre compartilhamento de perspectivas comuns de experiências de vida, que moldam vidas individuais, segundo Davis (2018). É importante salientar que os marcadores e suas intersecções estão postos a toda sociedade, devendo ser elucidados através de análises. Moore (2000) salienta que o direcionamento desses marcadores não deve se voltar apenas para os “outros”, os pesquisados, os que estariam fora da relação hegemônica de poder, tomando a interseccionalidade como aparelho banal de proliferação de “outros”. Aqui, retomamos a abordagem de Ingold (1996) de um mundo com múltiplas diferenças que anseiam por explicações singulares; onde cada agenciamento estará envolvido por marcadores capazes de se entrelaçarem em uma rede complexa e reveladora de significados.





## Considerações Finais

A institucionalização das políticas afirmativas em 2012, vem reformulando projetos políticos em todo o território nacional. No âmbito das universidades públicas, vem promovendo o acesso massivo ao ensino superior de pessoas que outrora não vislumbravam tal perspectiva. Tal política tem alterado os quadros de paisagens dessas instituições em todos os seguimentos – discentes, docentes e quadro técnico e contratados, com uma consequente ampliação da diversidade social e cultural dos indivíduos que os compõe.

Com o conhecimento da trajetória da Antropologia para conquistar a posição atual enquanto disciplina emergente capaz de dialogar com questões sociais primárias, o viés da indumentária se apresenta como fundo possível de escrever uma bela narrativa dos quadros presentes na universidade pública a partir dessas novas políticas de acesso. Histórias contadas a partir das roupas são possíveis de revelar subjetividades muitas vezes imperceptíveis ao próprio agente. Nesse sentido, um trabalho de campo etnográfico que permeie os espaços, os atores sociais, suas práticas e rede de relacionamentos possibilitará trazer, à luz da antropologia contemporânea, teorias e demarcações sociais presentes nessas trajetórias individuais.

A partir do estranhamento de uma vestimenta em sala de aula está sendo possível trilhar um caminho metodológico de aproximação e troca entre pesquisados e pesquisadora, à luz da Antropologia, de modo a construir um diálogo com meu campo – vestuário, num processo de contínua transformação individual, cultural e social, conforme fundamenta as referências trazidas. Os contextos sociais dos pesquisados, suas ações e ornamentos, permearão os contextos de análises de suas histórias de vida, buscando observar uma variedade de situações, almejando contemplar ao máximo o processo social em busca de uma análise expressiva que dialogue com a relação entre ação e representação.

## Referências

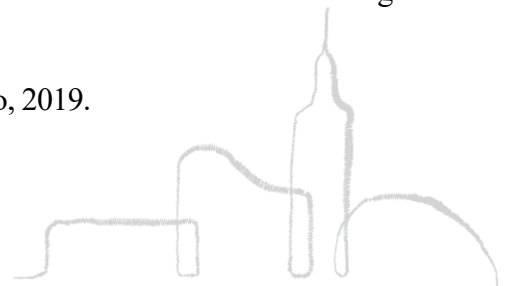
ABU-LUGHOD, Lila. **A escrita contra a cultura**. Tradução Francisco Cleiton Vieira Silva do Rego e Leandro Durazzo. Equatorial, Natal, v. 5, n. 8, jan/jun 2018.

AGIER, Michel. **Antropologia da cidade: lugares, situações, movimentos**. São Paulo: Terceiro Nome, 2011.

BENEDICT, Ruth. **Padrões de cultura**. Tradução Alberto Candéias. Lisboa: Edição Livros do Brasil, 2000.

BOAS, Franz. **Antropologia Cultural**. Textos Seleccionados. Tradução Celso Castro. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2005.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento Feminista Negro**. São Paulo: Boitempo, 2019.



CUNHA, Manuela Carneiro da. **“Cultura” e cultura: conhecimentos tradicionais e direitos intelectuais.** In Cultura com aspas e outros ensaios. São Paulo: Cosac & Naify, 2009

DAVIS, Angela. **A liberdade é uma luta constante.** São Paulo: Boitempo, 2018.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico.** Tradução Eduardo Lúcio Nogueira. Barbacena: Editorial Presença, 9ª ed., 2004.

DURHAM, Eunice Ribeiro. **A relevância da Antropologia. In Homenagens.** Associação Brasileira de Antropologia 50 anos. Organizado por C. Eckert & E.P. Godoi, pp. 85-94. Florianópolis: Nova Letra, 2006.

GLUCKMAN, Herman Max. **Análise de uma Situação Social na Zululândia Moderna.** In: BIANCO, Bela Feldman (Org.). Antropologia das Sociedades Complexas. São Paulo, Ed. Global, 1986.

GONZÁLEZ REY, Fernando Luis. **Psicologia e educação: Desafios e projeções.** In O. A. Rays (Ed.), Trabalho pedagógico: Realidades e perspectivas (pp. 102-117). Porto Alegre, RS: Sulina, 1999.

INGOLD, Tim. **Antropologia: para que serve?** Petrópolis: Editora Vozes, 2019.

JAMES, Clifford, George E. Marcus (orgs.). **A escrita da cultura: poética e política da etnografia.** Tradução Maria Cláudia Coelho. Rio de Janeiro: Ed. UERJ; Papéis Selvagens Edições, 2016.

MCCLINTOCK, Anne. **Couro imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial.** Campinas: Ed. da Unicamp, 2010.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental.** In: Os Pensadores. Tradução Anton P. Carr e Lígia Aparecida Cardiere Mendonça. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a dádiva.** In: Sociologia e Antropologia. Tradução Paulo Neves. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MEAD, Margaret. **Sexo e temperamento.** São Paulo: Perspectiva, 5ª ed., 2003.

MOORE, Henrietta L. **Fantasia de poder e fantasias de identidade.** Cad. Pagu, Campinas, n. 14, 2000.

SAHLINS, Marshal. **O ‘pessimismo sentimental’ e a experiência etnográfica: porque a cultura não é um ‘objeto’ em via de extinção.** In: Mana - Estudos de Antropologia Social do Museu Nacional. Rio de Janeiro, v. 3, n. 1 e 2, UFRJ, 1997.

WAGNER, Roy. **A invenção da cultura.** Tradução Marcela Coelho de Souza e Alexandre Morales. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

